

## VIVER EM FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE

### FAMILY LIVING IN THE CONTEMPORARY WORLD

**MARIA JOSÉ LIMA**

*Psicóloga, terapeuta familiar,  
mestre e doutoranda  
pelo Núcleo de Família e  
Comunidade da PUC SP  
Email: majo.sjc@gmail.com*

**RESUMO:** Este artigo compartilha experiências advindas da clínica de família a respeito das vicissitudes da convivência cotidiana das famílias – o *viver em família* – no mundo contemporâneo e propõe reflexões dialogando com teóricos da Pós-Modernidade. Trata especialmente de uma tendência de organização familiar que parece construir a convivência diária, com pequena ou nenhuma demanda de colaboração ou coordenação da rotina. A prática apresentada e sua análise têm como referência os pressupostos do Pensamento Sistêmico Novo-paradigmático. Ela propõe como ajuda terapêutica para essas famílias a construção de um contexto conversacional voltado para a reflexão da construção de novas possibilidades de convivência, que possam contemplar a coordenação dos interesses e necessidades de cada um de seus membros, favorecendo a colaboração entre eles.

**PALAVRAS-CHAVE:** terapia familiar, pós-modernidade, convivência.

**ABSTRACT:** This article shares experiences, originated from the family clinic, about the vicissitudes of the daily family interactions — living as a family — in the contemporary world. It also proposes reflections, in dialog with the Late-Modernist theoreticians. Particularly, this work deals with a type of family organization which seems to build their daily family life with little or no demand of collaboration or routine coordination. The practice presented and its analysis have the assumptions of the New-Paradigmatic Systemic Thinking as a reference. As therapeutic help for these families, the dialog proposes the construction of a conversational context, dedicated to the reflection about the construction of new possibilities of coexistence, which may contemplate the coordination of interests and needs of each family member, favoring collaboration among them.

**KEYWORDS:** family therapy, late modernity, coexistence, interaction.

Este artigo pretende refletir sobre as vicissitudes do “viver em família” em tempos contemporâneos, tempos nos quais a família vive os desafios advindos das demandas da pós-modernidade, deparando-se com a exacerbação do que Feres-Carneiro, Ponciano e Magalhães (2007) chamam de “o paradoxo sobre o qual a família moderna está fundada”, ou seja, o dever de “preservar a hierarquia e concomitantemente cumprir o mandato de criar sujeitos livres, iguais e autônomos” (p. 27). O interesse se volta para como estão as famílias, na construção possível de seus cotidianos, vivendo o “em família”, para pensar suas possíveis ressonâncias na construção da intra e da intersubjetividade, constituintes de nossa identidade, considerando-se que esta “se constrói e se reconstrói constantemente no curso de nossas vidas com base em nossa interação com os outros” (Sluzki, 1997, p. 15).

Para tanto serão usadas reflexões construídas em minha clínica – de crianças e adolescentes e suas famílias ou *com* suas famílias – ao longo das últimas três décadas. Uma clínica que atravessa um mundo em plena transição de paradigmas, levando-nos, profissionais e famílias, a um constante exercício reflexivo sobre a relação e a educação familiares, impactados pelo encontro com a complexidade do mundo pós-moderno.

Antes que as teorias psicológicas possam se conectar com o espírito da época contemporânea, novidades no campo dos vínculos familiares – para além das novas configurações – invadem nossas casas e nossos consultórios, em alguns momentos trazendo sensações de alívio e novos ares, e, em outros, trazendo angústias e um *quantum* de ansiedade difícil de administrar, principalmente para as crianças, sem a construção do que a psicologia vem chamando de “sintomas”. Por esta razão, acredito ser de grande utilidade, neste momento, o compartilhamento de nossas práticas, sendo este o principal objetivo deste artigo, caracterizado como um ensaio teórico-reflexivo, a partir de minhas experiências da clínica com famílias, um compartilhamento de inquietações sobre a prática clínica contemporânea.

Dentro dos novos movimentos das famílias, destaco, para este trabalho, o fato do *em família* ter se tornado, nos últimos anos, para muitas das que passaram e passam em meu consultório, algo tão diferenciado das formas de convivência das gerações anteriores, sendo inusitado até o fato de estarem juntos no mesmo espaço, fazendo com que perguntas do tipo onde, quando ou como se reúnem no ambiente familiar, causem constrangimentos em algumas delas por simplesmente não viverem momentos assim. São famílias que parecem ter o que venho chamando de “vários filhos únicos”, com o subsistema fraterno bastante fragilizado, composto por crianças exigentes com pouca tolerância às frustrações do dia a dia. Obviamente isso não ocorre pela questão geográfica, de não estarem juntos no mesmo ambiente, e sim por não viverem os benefícios deste estar juntos, para a construção de vínculos significativos e definidores de uma identidade familiar. Importante

esclarecer que não se trata de uma tentativa de classificação ou de tipificação das famílias, e sim do apontamento de uma tendência na organização familiar em suas relações cotidianas, entre tantas possíveis e legítimas dentro da complexidade das relações contemporâneas. Complexidade esta que tão pouco nos permite traçar um ideal de convivência, algo como um modelo no sentido de como as coisas deveriam ser. O que se destaca é o fato de, ao se tratar das formas de convivência, em nossas práticas com as famílias, podermos desencadear reflexões e ações úteis para a produção de ressignificações e transformações almejadas em momentos de crise.

Lembro ainda que, acompanhando as mudanças na concepção de família – em constante movimento –, foram se construindo as abordagens de atendimento familiar desde que ela foi entendida como uma unidade, passando a ser atendida em conjunto (Aun, 2005, p. 16), caminhando na direção das chamadas Terapias Pós-modernas, onde distingo o norteamento de meu trabalho. Considerando que o contexto de tais mudanças é o de um mundo em transição de paradigmas, convive-se com a possibilidade e o risco do uso de metáforas ou conceitos ainda associados aos modelos anteriores. Tal uso, no entanto, quando se trata de um profissional que se permitiu implicar-se por sua nova epistemologia, não mais estará preso aos significados anteriores. Tais considerações aqui estão para esclarecer o uso que faço de alguns conceitos – como o de *subsistema fraterno* – de uma forma compromissada com o chamado Pensamento Sistêmico Novo-paradigmático (Esteves de Vasconcellos, 2005, p. 83), ou seja, de uma forma que, como definido por esta autora, contempla a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade na

construção do conhecimento. Usado aqui como um recorte, uma distinção útil para o momento, e não de forma reificada, como próprio do pressuposto da simplicidade.

É desta forma que o termo *clínica* é aqui utilizado, vindo como herança de um modelo médico sob o qual a psicologia se construiu, mas que dele se distancia em uma abordagem nova-paradigmática, sendo compreendida como “uma postura profissional, uma atitude”, como conceitua Macedo (2004), e que envolve o conhecimento dos vieses do terapeuta em “uma postura ética básica de respeito pelo outro como verdadeiro outro”. Uma atitude que pode ser levada a diferentes settings ou contextos de trabalho, abrangendo práticas realizadas nos espaços privados ou públicos. O recorte aqui realizado trata de minha prática em contexto privado, do consultório, outro termo herdado do modelo médico.

Para o diálogo com a pós-modernidade, parto da visão sistêmico-novo-paradigmática, compreendendo, como Esteves de Vasconcellos (2005, p. 100), que esta visão implica um profissional de 2ª ordem, acreditando, como esta autora, não haver contradições entre ser novo-paradigmático e ser sistêmico. Uma posição alinhada com uma epistemologia que se pauta na interconstituição do individual e do social, legitimando a coconstrução dos significados e do conhecimento; uma posição que pode abarcar epistemologias construtivistas, construcionistas ou narrativistas, que influenciam significativamente a minha prática.

Estudos oriundos desta visão vêm abrindo canais para pensar a complexidade dos tempos atuais no diálogo com estudiosos da pós-modernidade, produzindo reflexões que tem se revelado úteis no encontro com as famílias em minhas práticas. Neste trabalho, a

partir de minha apropriação e recortes, faço uso das contribuições de Anthony Giddens e Zygmunt Bauman, profissionais da sociologia. Mas também de grande valia para quem quer refletir sobre as relações no cotidiano das famílias e comunidades são os estudos do filósofo Gilles Lipovetsky sobre o individualismo e sua exacerbação no que chama de “hipermodernidade” (uma modernidade potencializada); e François de Singly, sociólogo francês, que estuda os efeitos desta potencialização nas relações familiares.

Início por reflexões sobre os possíveis benefícios da convivência familiar, cuja história aponta para a construção e fortalecimento da vida privada na modernidade; sigo refletindo sobre esta convivência na vida contemporânea, destacando, entre muitas organizações possíveis, a do grupo familiar que, em seu cotidiano, parece não necessitar de coordenações que envolvam a todos. Encerro compartilhando um pouco do encontro com famílias que distingo por este recorte, na minha prática em consultório.

## OS BENEFÍCIOS DO VIVER EM FAMÍLIA

*É um encontro de toda a vida.*  
(JORGE IVÁN SOTO, 8 ANOS)

A definição de família oferecida por Jorge na frase acima (Naranjo, 2013, p. 57) pode nos trazer a dimensão e a força do que Ariés (1987) chama de “um sentimento inteiramente novo” (p. 05), referindo-se à sua tese de que a família “*tornou-se* o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos”, quando começou a “se organizar em torno da criança, tirando-a de seu anonimato”. O autor marca uma “polarização” da vida social do século XIX “em torno da família e da

profissão e o desaparecimento da antiga sociabilidade”. Em detrimento da vida mais coletiva, passamos a conhecer os benefícios da vida privada em família, que começava por tirar a criança do descaso do anonimato.

A referência à história está a serviço de nos lembrar do eterno movimento do tornar-se, aquilo que por muito tempo pode ter-nos parecido óbvio, em certo momento, começa a ser questionado e até ampliado. Como é ser família em tempos de tantas novidades no campo da comunicação e informação? O que ganhamos e perdemos? Quais os novos desafios? Como podemos continuar vivendo os benefícios deste “encontro de toda a vida”, como nos ensina Jorge? Acredito que pensar em como vivemos a privacidade conquistada, neste momento, as soluções e arranjos que cada família constrói, pode ajudar a cuidar das queixas e preocupações familiares que chegam aos nossos consultórios.

O que chamo de “em família” refere-se à *convivência* construída no dia a dia de uma família para a realização das tarefas tanto de cuidados de sobrevivência como de cuidados com as especificidades desenvolvimentais de cada um e da fase do ciclo vital desta. Foi no estudo do processo evolutivo da família que Cervený (Cervený & Berthoud, 2002) observa que esta, em sua fase de aquisição, “é praticamente organizada em função dos filhos e das tarefas oriundas desta parentalidade”, sendo chamada a uma “renegociação” quando se depara com ampliações em sua rede (p. 164). Mesmo considerando, em sua introdução, que “o espaço físico já não pode definir uma família” (p. 19), trata de sua organização como família em um espaço e tempo. Ajuda-nos considerar que essas tarefas, sejam elas construídas e vivenciadas no mesmo espaço ou não, demandam a

coordenação de diferentes interesses e necessidades de cada membro, favorecendo a construção da grupalidade.

É justamente na *coordenação de diferentes interesses e necessidades* que enxergo o principal benefício da convivência diária, na construção de um contexto relacional no qual as diferenças possam ganhar voz e serem reconhecidas e legitimadas, para então serem contempladas ou não dentro do possível de cada grupo familiar, considerando a identidade construída ao longo das gerações e condições atuais de vida. Pois o que se vê agora, em tempos atuais, é a rica possibilidade do encontro com o construído pelas gerações anteriores, que ocupava o status de leis a serem herdadas, com o inusitado da reflexão a respeito de sua adequação e utilidade para os dias atuais, em acelerada transformação. Uma abertura que só se efetiva quando as diferentes vozes de fato ganham lugar e legitimidade, não aniquilando com a hierarquia dos papéis familiares, mas talvez renovando esta hierarquia de forma a favorecer uma convivência saudável no tocante ao possível para nossos dias.

Considerando-se a “pluralidade do self” em um enfoque pós-moderno, que o compreende como um “processo em aberto”, “construído dentro dos *espaços relacionais*” (Grandesso, 2000, p. 220), a partir da ideia de interconstituição do individual e do social, pode-se dimensionar a importância de uma convivência íntima e constante com nossos familiares. Uma visão, a relacional, que tem como implicação justamente a “desestabilização de uma tradição enraizada do individualismo”, aumentando o “apreço por nossa vida com os outros, no lugar de uma vida separada dos outros ou contra os outros” (Gergen, 2010, p. 53). O enfoque na construção de nossa identidade na relação com o outro pode nos levar à

consideração de que é também, na lida com as tensões entre as necessidades individuais e as do grupo a que pertencemos, que construímos os alicerces de nossa identidade.

A convivência familiar ganha novas tarefas e importância na vida contemporânea, considerando o que Giddens (2002, p. 163) chama de “atribuições do self” frente ao que seriam, segundo este autor, as “consequências desestabilizadoras” deste período que denomina de *Modernidade Tardia*. Um período de propensão às crises, num clima de “incerteza geral”, que poderia ameaçar tanto o “núcleo da autoidentidade” – sendo a *autoidentidade* compreendida como fruto de nossa capacidade de construir um sentimento consistente de continuidade biográfica como o sentido de “segurança ontológica”, que é definida como o “sentido de continuidade e ordem nos eventos” (p. 167) que nos permite tocar a vida sem sucumbir às possibilidades de caos potenciais de nosso cotidiano.

Como órfãos das certezas – inclusive aquelas transmitidas por várias gerações – que definiam as identidades familiares, somos chamados a reconstruí-las na atualidade. Segundo Giddens (2002), isso ocorre no “Projeto Reflexivo do Self”, que convive com uma autoidentidade que necessita ser continuamente “criada e reordenada sobre o pano de fundo de experiências cambiantes do dia a dia e de tendências fragmentadoras das instituições modernas” (p. 168). É dentro deste desafio – o de construir uma identidade em uma sociedade que se transforma e se questiona o tempo todo – que ouvi de um jovem de 19 anos o depoimento de que lembra “todos os dias com a sensação de ser outra pessoa”.

A tendência para um autoexame constante, inclusive nas relações, que agora não estariam mais sustentadas por condições externas, e sim com

base em um compromisso construído, segundo Giddens (2002), marcaria a vulnerabilidade das relações contemporâneas, por estarem sempre sendo reavaliadas, considerando-se principalmente os ganhos alcançados por cada um dos membros. Para esse tipo de relação que chama de “pura”, Giddens (2002, p. 28) aponta que a pessoa precisa “ser autônoma e segura de seus próprios valores”, um desafio ao crescimento que só se torna possível em interconstituição com a sensação de pertencimento sob a qual construímos a confiança básica necessária para a construção de um projeto de vida que inclua estar intimamente com o outro.

Bauman (2004), por sua vez, usa a expressão “Amor Líquido” para tratar do que chama de “fragilização dos vínculos humanos”, de relações voláteis que não se enraízam, e convivem com a possibilidade de desengajamento, em contraste com o ideal da família monogâmica – da Modernidade Sólida – que convivia com o amor definido como eterno (pp. 7-13). Uma visão que o leva a afirmar que o desafio do mundo globalizado seria o de “viver como estranhos na companhia uns dos outros” (p. 136).

Penso que uma fonte de segurança estabilizadora perante as fragilidades e vulnerabilidades inerentes às relações “puras” ou “líquidas” pode ser justamente a convivência frequente e íntima com todos os membros de uma família, por ter como consequência a necessidade de uma construção reflexiva de uma rotina possível e necessária, estruturada por regras e limites, agora não mais impostos por heranças, e sim pela experiência da convivência. É dessa forma que me aproprio da afirmação de Giddens de que, perante a fragilidade da segurança ontológica, estaríamos dependentes da “coerência das próprias rotinas”, “ordenadas dentro do projeto reflexivo do self” (p. 149).

Talvez o movimento recente em forma de campanhas pela necessidade de imposição de limites para os filhos se dê em função de que eles, os limites, deixaram de ser simplesmente repetidos da forma como recebidos de gerações anteriores, tendo que, agora, ser ensinados aos pais, visto que também não são mais construídos na convivência diária, na forma como ela tende a se dar nos dias atuais. Tendo, portanto, que “beber de outras fontes”, que não mais as herdadas por tradição de sua família e comunidade de pertencimento, assim como da religião, os pais buscam especialistas como fonte de orientação ou novas bússolas, colocando os psicólogos, em determinados momentos, como os novos sacerdotes. É esta a demanda que muitas vezes percebo nas jovens e não tão jovens famílias que me procuram na forma de “viemos aqui para que nos diga o que fazer”. A personagem de *Supernanny*, um tipo de babá da televisão inglesa que vai até as casas reorganizar as famílias, é frequentemente lembrada. Isso ocorre por se tratar de um programa, já com adaptações em vários países, no qual uma educadora, chamada por pais que teriam perdido o controle da educação de seus filhos, entra na casa (com a equipe da TV!) para ensinar os pais a educar seus filhos. O posicionamento da educadora parece manter-se o mesmo em todas as casas visitadas, como se estivesse tentando implantar um modelo de convivência que serve a toda e qualquer família independentemente de sua história e valores que compõem a identidade de cada grupo familiar.

### **EM FAMÍLIA NA VIDA CONTEMPORÂNEA**

Em um mundo em que há uma individualização exacerbada, marcada,

segundo Bauman (2004), mais pelo *desejo de consumir* do que pela vontade de cuidar e preservar – o amor –, como estarão convivendo as famílias enquanto criam seus filhos e constroem sua identidade? Como estarão vivendo o “amar ao próximo como a si mesmo”, construído primordialmente na vida familiar como “preceito da vida civilizada”, segundo Freud na análise de Bauman (2003, p. 97)? O autor analisa o preceito religioso do amor ao próximo, considerado por Freud (no seu livro *O mal-estar na civilização*, de 1929) como o ato fundador da civilização, em capítulo intitulado “sobre a dificuldade de amar o próximo”, concluindo que “o que amamos é o estado, ou a esperança de sermos amados” (Bauman, 2004, p. 100). Um estado cuja manutenção, a meu ver, se dá principalmente dentro da convivência familiar, mas que ganha expressão especial nas comunicações virtuais, por exemplo, quando um jovem declara só ficar em paz quando começam a “curtir” sua declaração ou expressão nas redes sociais.

Uma tendência de organização familiar, que distingi em minha experiência clínica particular (famílias de condição socioeconômica média-alta em sua maioria), é a que tenho denominado de “família de vários filhos únicos”, composta de membros muito ocupados – até as crianças estão com agendas abarrotadas de compromissos – com pouco tempo para efetivamente estarem juntos, com pais ou empregados tentando dar conta de todas as necessidades ou desejos de cada filho, sem fazer uso da colaboração entre eles para que a rotina possa ser otimizada. Depara-se, neste contexto, com um superinvestimento em cada filho, sendo cada um tão especial que não possa viver um momento em que fará algo por outro membro da família, assim como

esperar meia hora enquanto a aula do irmão termina, para juntos então irem para casa. Assim como achar estranho ou problemático que “só por ser o mais velho” (como dito por pais e filhos) possa um filho cuidar de algo do mais novo. Ou ainda decidirem levar o vovô para uma instituição para que crianças possam fazer barulho livremente.

Uma consequência possível dos filhos superinvestidos é a de tornarem-se muito exigentes em suas demandas, com pequena tolerância às frustrações, até as mais comuns do dia a dia, levando alguns pais a sentirem-se impotentes como educadores de seus filhos. É neste estágio que alguns jovens pais chegam ao consultório com seus filhos pequenos, com múltiplas queixas e preocupações, desejando que alguém lhes dê a receita.

Uma segunda consequência e queixa frequente dessas famílias é a de brigas e disputas entre irmãos, o que leva algumas famílias a momentos realmente difíceis. Porém se cada um se sente especial, acreditando que deva ser atendido em todas as suas necessidades e desejos, independentemente dos desejos/necessidades dos outros, torna-se compreensível uma disputa. Trata-se de um subsistema fraterno fragilizado que não vive os benefícios de suas possíveis alianças, possibilitando um não importar-se com o irmão, ou até com outros membros da família. O que aponto aqui está além da conhecida rivalidade entre irmãos, que, como observado por Oliveira (2006, p. 63), “raramente existe sozinha”, sendo acompanhada por sentimentos – como carinho, heroísmo, lealdade – “profundamente interligados” com ela. O que aponto aqui está mais próximo da indiferença própria do distanciamento.

Aqui, o “viver como estranhos na companhia uns dos outros” de

Bauman (2004, p. 136) ganha lugar, possibilitando momentos de conversas familiares no consultório em que o grupo vai se dando conta do quanto um não sabia do outro, ganhando ares de surpresa informações da rotina de cada um. Existindo por vezes até certa irritabilidade de algumas crianças e adolescentes quando se pergunta diretamente sobre algo da vida de um irmão. Nestes momentos o “não sei!” vem com tons de “deveria saber!?”

São famílias que não costumam favorecer o encontro entre as diferentes gerações nem mesmo em momentos de comemoração ou lazer, como as festas infantis nas quais somente as crianças são convidadas, brincando entre elas, cuidadas por monitores com quem não necessitam desenvolver uma relação significativa. O que aqui coloco em questão é o risco de, na busca do prático e do possível na vida atual, privarmos as crianças daquilo que os que as aprendem, apontam como necessário para que possam “inteligir” o mundo: “crianças aprendem pelos poros, pelo cheiro, pelo observar intenso e constante daqueles que são sua referência...” (Cruz, 2012, p. 15). Também aprendem nas festas montadas só para elas, mas penso ser muito útil para o crescimento saudável o que se aprende nas festinhas familiares, que favorecem o encontro com as diferenças, entendendo o saudável como o que permite a almejada individualização, acreditando, como afirmam Féres-Carneiro, Ponciano e Magalhães (2007, p. 23), que “individualizar-se é um imperativo social permeado pelo processo de transmissão entre gerações”.

Um risco que ronda os tempos pós-modernos – a ameaça da ausência de sentido – parece compor a configuração da família contemporânea, marcando um aparente paradoxo.

Refiro-me à minha percepção de que, junto com elevados níveis de exigências de satisfação própria e de empoderamento dos filhos, deparamo-nos também com momentos em que o “não importar-se” estende-se para além das relações, contaminando o sentido das realizações do dia a dia. A escola, o estágio, o vestibular, o brincar, a arrumação da casa, o cuidar de si mesmo... correm o risco de perder sentido momentaneamente, construindo quadros que chegam aos nossos consultórios.

Um risco assim descrito por Giddens (2002, p. 180): “O projeto reflexivo do self tem que ser levado a cabo em circunstâncias que *limitam o engajamento pessoal* na maioria dos assuntos fundamentais que a existência humana nos coloca”. Este limite e este risco, acredito, podem ser amenizados na construção da efetiva convivência familiar.

Outro fator, que também apresento como um risco presente, talvez apenas *mais* presente, na família contemporânea, em suas variadas formas de conviver em suas rotinas, é a possibilidade de *estranhamento* entre seus membros, sendo maior o risco quando os pais estranham demasiadamente seus filhos, afastando-se deles, delegando sua educação a terceiros. Sinto que não há nada mais desnorteador para uma criança ou mesmo para um adolescente do que não ser reconhecido e legitimado por quem ocupa lugar tão fundamental nas primeiras relações que constroem um self. Os encontros construídos na clínica da família podem ajudar a desconstruir esse distanciamento, como veremos a seguir.

### **EM FAMÍLIA NA TERAPIA FAMILIAR**

Por se tratar de reflexões sobre minha prática, esclareço que faço aqui o uso

de exemplos de famílias que passaram por meu consultório, tomando o cuidado de não revelar nomes nem características que possam facilitar reconhecimento das pessoas envolvidas.

Para algumas famílias o convite para estarmos juntos já pode ser vivido como um acontecimento com potencial mobilizador para reflexões, pois se trata de algo inusitado, fora da rotina de todos. A sala de espera já revela risinhos ansiosos e constrangidos e, por vezes, pais tentando me dissuadir: “Tem certeza de que quer ver todo mundo junto?” ou “Acha mesmo que vamos conseguir conversar, não é melhor um de cada vez?”.

Quando entramos, a organização de nosso espaço conversacional, também revela seu poder terapêutico, ao tratarmos dos detalhes (Onde e como sentamos? Conversar com brinquedos? Posso continuar jogando no meu celular? Posso atender, pois tenho algo importante no trabalho?) e da forma de conversar, assim como a importância de todos serem ouvidos na sua própria forma de se comunicar. A intenção de legitimar e até construir possíveis significados para o brincar das crianças ou para as gírias dos adolescentes, pode construir diálogos inéditos com grande potencial de desconstruir pontos de tensão que possam estar gerando comportamentos sintomáticos.

Integrar todos na conversa significa por vezes sentar no chão com as crianças e interagir, tentando continuar a conversa com os adultos usando elementos do brincar delas. Assim como quando um casal, em crise, leva a filha, de quatro anos, com a queixa de estar “muito difícil cuidar dela”, que estaria apresentando choros e manhas demasiadas em momentos da rotina. Quando nos encontramos os quatro, enquanto os pais narram momentos difíceis com a filha, ela fica muito

atenta, conferindo as reações de cada um com o olhar e se senta no chão, na mesa com papéis e canetas. Quando me sento junto, a mãe diz não saber brincar, que só o pai faz muito bem isso. Introduzo então uma conversa sobre as diferenças dos dois. Enquanto isso a garota produz dois desenhos, sendo uma casa em cada folha. Para uma delas diz: “Essa casa ainda não sabe quem vai morar...”. Os pais se emocionam, a mãe chora e então se sentam no chão perto dela. Enquanto todos desenham, a conversa gira em torno de como pode ser ruim não saber das coisas. Pergunto à menina se ela teria algo que gostaria de perguntar aos pais. Sim ela tinha. A conversa continuou por vários encontros, enquanto os pais foram definindo a decisão de se separar. As queixas sobre as declaradas rebeldias da filha perderam lugar, e eles disseram mesmo que estava mais fácil lidar com ela.

Para essas famílias tem se revelado útil, no consultório, o desenvolvimento de conversas e reflexões sobre o viver em família, que por vezes são construídas a partir de atividades, propostas no consultório, em que a família necessita interagir para cumprir alguma tarefa. Constrangimentos e estranhamentos necessitam ser vencidos principalmente pelos adultos, para interagir espontaneamente com as crianças, que por sua vez necessitam ultrapassar a necessidade de competição com os irmãos.

Para favorecer a criação desses espaços, tenho desenvolvido atividades que possam propiciar estes encontros com potencial reflexivo e crítico a respeito das identidades. Quando se trata de famílias com crianças, por exemplo, peço que cada um imagine, caso cada um deles fosse um bichinho, qual seria (pensando um para si mesmo e um para cada um dos demais membros).

Podendo ser desenhado, escrito, falado, interpretado, variando de acordo com as idades e interesses presentes. A ideia dos bichos se construiu em função de ser um universo de grande interesse para as crianças e por favorecer, inclusive para os adultos, certo distanciamento, por vezes necessário para a expressão de percepções nem sempre fáceis de serem expostas sobre si mesmo ou sobre o outro.

O uso dos animais tem história na clínica infantil, sendo utilizada em diferentes abordagens. O uso na terapia familiar traz o potencial de convidar a todos a usar metáforas do mundo animal, *em conversação* sobre as percepções de cada um, podendo gerar reposicionamentos compartilhados. Porém o ganho que quero destacar neste relato é o fato de esta proposta favorecer a adesão de uma família para desenvolver uma tarefa, o que também os leva a se olharem de forma diferente, quando se trata de familiares com pouca ou nenhuma vivência deste tipo em seu cotidiano. Os resultados costumam causar, com frequência, expressões de surpresa e muitas indagações, gerando conversas com grande potencial transformador, assim como quando um adolescente diz para sua mãe: “Eu não sou um bicho preguiça sempre!”, complementando com “só quando você está em casa...”.

Outra forma que tem se revelado útil para gerar boas conversas a respeito de como se vêm é oferecer-lhes revistas para recortes, pedindo que escolham imagens que representem cada um deles. Os adolescentes costumam gostar mais deste formato, talvez por seu universo já muito feito de imagens. Os resultados, em termos de conversas desenvolvidas sobre cada um deles e suas relações, já se revelam ricos desde os momentos de procura e recorte. São feitos comentários e observações

sobre, por exemplo, o tipo de revista que cada um escolhe, a forma de cada um dar conta da tarefa solicitada, sendo o resultado, apresentado em colagens em folhas de sulfite, já bastante revelador do olhar daquela pessoa naquele momento.

Conversar sobre o possível de cada um, considerando limites advindos tanto das fases desenvolvimentais como dos significados construídos até então, ou ainda limites inerentes ao tempo em que se vive (o espírito da época em cada um nasceu e cresceu) tem-nos permitido abrir portas para o que tenho chamado de um avançar na conversa, em temas que possam estar gerando dificuldades e tensões nas relações. Os efeitos terapêuticos potenciais aqui se referem a uma maior compreensão e tolerância com as especificidades de cada membro da família, diminuindo as chances de um nocivo estranhamento do outro.

A uma família com duas filhas, uma no início e a outra já na adolescência, cujos pais se queixavam da “pouca colaboração” delas, eu proponho a atividade de cada membro escolher imagens de revistas que representassem a si e aos outros, como já relatado acima. A procura nas revistas, os recortes e as colagens, revelou, de forma surpreendente para os pais, filhas não só colaborativas como reflexivas. “Acho que devem ser assim com amigas”, comentou a mãe, abrindo para a conversa de “diferentes em diferentes contextos”. Meninas concordaram que no ambiente familiar mostram-se com menos iniciativa. Uma ajuda na reflexão a esse respeito veio da figura que surgiu da mãe, na representação de todos, inclusive dela mesma – uma leoa – que cuida de todos os detalhes, até na forma como cada um deve colaborar com a rotina da casa. Meninas revelam que não entendem e não concordam com

a forma como a mãe precisa manter a casa organizada. “Concluindo, tudo tem que ser igual à minha mãe”, disse a mais nova. “Não, a general não aceita do nosso jeito”, disse a segunda. Tratando-se de uma família muito atarefada, que lidou com a sobrevivência financeira, conviviam com pouco tempo para ouvir as opiniões e percepções das filhas, só precisando que tudo funcionasse bem. Foram encontros que, na minha percepção, abriram espaço para as novidades vindas da nova geração, de forma a não ameaçar a sobrevivência familiar.

Contudo, em outros momentos a tarefa é a de favorecer uma conversação onde o já construído pelas gerações anteriores ganhe lugar, significação e legitimação. O “nada a ver!” de um adolescente, após causar reações de irritabilidade e repressão do pai presente, pode ser transformado em uma ajuda para “avançar na conversa”, como costume qualificar essas ajudas, quando foi possível, ao nos interessarmos em compreender o que a expressão queria comunicar, transformá-la. Assim, nesta ocasião, pudemos saber que o “nada a ver!” era usado pelo jovem quando o que ouvia não fazia nenhum sentido para ele, nem perante suas experiências, nem perante seus desejos. Ao ser questionado sobre se gostaria de conhecer os possíveis sentidos para o pai, ele disse que sim, mas que não tinha muita paciência para ouvi-lo. Daí para frente a conversa evoluiu sobre como desenvolverem uma conversa, respeitando os limites um do outro. Neste momento sinto que o distanciamento/estranhamento favorecido pelo “nada a ver!” já estava quebrado.

Quando se trata de famílias com irmãos com relações muito competitivas, metáforas como “ficar no banco” (do jogo de futebol) ou “ninguém faz

aniversário todo dia” aparecem com frequência nestes momentos, indicando a construção da convivência possível. Uma construção que favorece a percepção do “fazer pela família” de forma distinta do “fazer porque gosto” ou “porque quero”. Foi em um destes momentos que ouvimos de um pequeno de 5 anos, já famoso por sua irritabilidade, respondendo à aflição do irmão gêmeo que tentava me dissuadir de um posicionamento com o irmão: “Não, deixa... aqui eu num fico bavo...”

Sinto que os encontros familiares, o estarem juntos, em um contexto colaborativo e respeitoso, possui efeitos terapêuticos significativos, por favorecer o *olhar para* e a *escuta genuína* do outro em suas especificidades. Se, como terapeutas familiares, conseguimos construir este momento e trabalhamos no sentido de favorecer reflexões, em família, sobre a convivência necessária e possível, podemos fortalecer o sentimento de *identidade familiar*, favorecendo o precioso sentimento de *pertencimento* a um grupo.

## REFLEXÕES FINAIS

Refletir sobre o *em família*, na clínica ou no encontro com pais em diferentes contextos, tem se revelado um tema útil para os tempos atuais. Parece que cuidar da coletividade tornou-se uma demanda atual, talvez como resposta de reequilíbrio perante o hiper da individualidade que nos atingiu. Não se está aqui advogando por um retorno, em um movimento saudosista que idealiza o passado. A questão e desafio é a de como cuidar da vida pública, coletiva, em nossas condições atuais de vida, sendo, para o caso tratado neste artigo, assim articulada: como podem as famílias usufruírem de todo os avanços e novas possibilidades que atingiram a

vida de todos, em qualquer faixa etária, mantendo um nível de convivência, que demande a colaboração de todos?

Fizemos, como civilização, um longo caminho desde a vida essencialmente pública da Idade Média até a vida essencialmente privada, vivendo agora os paradoxos de uma vida privada cada vez mais exposta nas redes sociais. Vivemos os efeitos de tantos avanços, sem sabermos ainda nominar os impactos em nossa intersubjetividade. Como psicólogos e/ou terapeutas de famílias, temos nos alimentado das contribuições de sociólogos e filósofos que se voltam para estas questões, sendo alguns mais otimistas, outros nada, levantando angústias para o futuro imediato.

Em minha apropriação destas contribuições fico em uma posição esperançosa, por acreditar que, acabadas as certezas herdadas e inquestionadas, deparamo-nos agora com a demanda de não só refletirmos sobre nossos posicionamentos e escolhas, como nos responsabilizarmos por elas. Uma demanda de crescimento e amadurecimento para a humanidade. Uma demanda para a qual nós, profissionais que trabalhamos as relações humanas, podemos colaborar construindo em nossas práticas, espaços de encontros reflexivos e criativos.

Mas confesso que com a esperança declarada acima, convivem momentos de angústias e inquietações, pois não são poucas as vezes, em meus encontros com as famílias, que sinto muito perto a ameaça da falta de sentido, do viver como estranhos, ameaça ao que Giddens (2002) chama de “segurança ontológica”, que nos manteria suficientemente interessados no projeto da vida. Mas são inquietações que justamente motivaram-me a estar aqui compartilhando reflexões da minha prática.

Encerro com Giddens (2002) que, ao refletir sobre o papel das *terapias* em nossos tempos atuais, lembra que, como terapeutas, nós fazemos parte, de “um sistema pericial profundamente implicado no projeto reflexivo do self” (Giddens, 2002, p. 159), e que, portanto, na Modernidade Tardia não trabalhamos mais no sentido da retórica das “doenças” e “curas”, devendo ser nossa ação avaliada como “uma metodologia de planejamento da vida” (Giddens, 2002, p. 160).

Espero, ao partilhar minhas experiências e reflexões, ter colaborado para que, como terapeutas familiares, possamos nos encorajar e nos aventurar, junto com as famílias contemporâneas, a viver e refletir para além das teorias tradicionais de nossas formações, sobre os riscos e desafios de viver e conviver em tempos de Modernidade Tardia ou de Pós-Modernidade.

## REFERÊNCIAS

- Ariés**, P. (1987). *História social da criança e da família*. 2ª ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar.
- Aun**, J. G. (2005). Da terapia de família ao atendimento sistêmico à família. In J. G. Aun, M. J. Esteves de Vasconcellos, & S. V. Coelho. *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais*. (pp. 16-58). Belo Horizonte: Ophicina de Arte e Prosa.
- Bauman**, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar.
- Cruz**, H. M. (2012). *Me aprende? Construindo lugares seguros para crianças e seus cuidadores*. São Paulo: Roca.
- Esteves de Vasconcellos**, M. J. (2005). Pensamento sistêmico: uma nova visão nas áreas de educação, da saúde, das empresas, da ecologia, das políticas sociais, do direito, das relações internacionais. In J. G. Aun, M. J. Esteves de Vasconcellos, & S. V. Coelho. *Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais*. (pp. 77-79). Belo Horizonte: Ophicina de Arte e Prosa.
- Féres-Carneiro**, T., **Ponciano**, E. L. T., & **Magalhães**, A. S. (2007). Família e casal: da tradição à modernidade. In C. M. O. Cerveny. (org.). *Família em movimento*. (pp. 23-35). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gergen**, K. J., **Gergen**, M. (2010). *Construcionismo social*. Trad.: Gabriel Fairman. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Giddens**, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Trad.: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar.
- Grandesso**, M. A. (2000). *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Guanaes**, C., **Japur**, M. (2003). Construcionismo social e metapsicologia: um diálogo sobre o conceito de self. *Psic. Teor. e Pesq.*, 19(2).
- Macedo**, R. M. S. (2004). Psicologia clínica: uma conceituação. *Jornal do Psicólogo*, 03.
- Narranjo**, J. (2013). *Casa das estrelas: o universo contado pelas crianças*. Ilust.: Lara Sabatier. Trad.: Carla Branco. Rio de Janeiro: Foz.
- Oliveira**, A. L. (2006). Família e irmãos. In C. M. O. Cerveny (org.). *Família e...* (pp. 63-82). São Paulo: Casa do Psicólogo.